

TERMO DE REFERÊNCIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS SÃO PAULO PIRITUBA
Cotação Eletrônica Nº 10750/2019
Processo Administrativo nº 23305.019215.2019-93

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material permanente para atender as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP Câmpus São Paulo-Pirituba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL ACEITÁVEL
1	150178	Purificador de Água Parede; Modo de filtragem Filtro de Carvão Ativado; Funções Filtrar e refrigerar a água; Composição/Material Aço e plástico; Dimensões aproximadas do produto (cm) - AxLxP 41x31x36 cm; Capacidade: 3,4 litros; Voltagem: 220 Volts; Garantia de 1 ano ou conforme fabricante do produto, o que for maior, contado da data da efetiva entrega. Referência: SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO IBBL FR 600 SPECIALE	Unid.	2	R\$ 762,95	R\$ 1.525,91
2	6165	Geladeira Frost Free 375 litros ou superior, cor branca. Classificação de consumo de energia PROCEL "A". Voltagem: 110 V. Capacidade total - 375 litros. Tipo de Degelo - Frost Free. Classificação Energética A. Controle de temperatura: Sim. Recipiente para guardar gelo. Porta ovos: Sim. Porta-latas: Sim. Pés niveladores: Sim. Gavetas - Gaveta de legumes c/ controle de umidade. Garantia de 1 ano ou conforme fabricante do produto, o que for maior, contado da data da efetiva entrega. Referência: SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO BRASTEMP BRM45 375 LITROS 110V	Unid.	2	R\$ 1.893,78	R\$ 3.787,57
3	6165	Geladeira Frost Free 375 litros ou superior, cor branca. Classificação de consumo de energia PROCEL "A". Voltagem: 220 V. Capacidade total - 375 litros. Tipo de Degelo - Frost Free. Classificação Energética A. Controle de temperatura: Sim. Recipiente para guardar gelo. Porta ovos: Sim. Porta-latas: Sim. Pés niveladores: Sim. Gavetas - Gaveta de legumes c/ controle de umidade. Garantia de 1 ano ou conforme fabricante do produto, o que for maior, contado da data da efetiva entrega. Referência: SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO BRASTEMP BRM45 375 LITROS 220V	Unid.	2	R\$ 1.893,78	R\$ 3.787,57
4	354973	Micro-ondas com capacidade de 30 litros, na cor branca, 220 Volts, opções descongelar, aquecer refeições, trava de segurança, luz interna, opção de preparo de refeição, timer, display digital, relógio, termostato, auto limpante, prato giratório, grill. Garantia e 1 ano ou conforme fabricante do produto, o que for maior, contado da data da efetiva entrega. Referência: SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO MIDEA LIVA	Unid.	3	R\$ 629,90	R\$ 1.889,71

5	244046	Aparelho de ar condicionado tipo Split Hi-Wall: composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo reverso, quente e frio; capacidade: 12.000 BTU/h (efetiva, conforme manual do fabricante, sendo permitida a variação da capacidade efetiva mínima em até 5%); comando remoto sem fio com "display" de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e três velocidades de insuflamento de ar;; deverá ter selo de eficiência energética INMETRO/PROCEL classificação mínima "A", controle Microprocessado de temperatura e com função de desumidificação; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220 Volts, monofásica, 60 Hz; Equipamento deverá contar com TECNOLOGIA INVERTER, utilização de Gás Ecológico R410a. Garantia mínima de 1 ano ou conforme fabricante do produto, o que for maior, contado da data da efetiva entrega. Referência: SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO CONSUL CBG12EBBNA 12000	Unid.	2	R\$ 1.771,73	R\$ 3.543,45
6	26301	Pirômetro infravermelho: Faixa de Temperatura: -50 a 550°C (-58 a 1022°F), Precisão: +/- 1,5°C Distância razão do ponto: 12: 1 Emissividade: Fixa Tempo de resposta e de comprimento de onda: 500ms Repetibilidade: 1% Resolução: 0.1 °C /°F com Seleção Celsius / Fahrenheit, Função Armazenamento de dados, Mira Laser, Função liga e desliga luz no display, Função desligamento automático/ Economia de bateria e Indicação de bateria fraca.	Unid.	3	R\$ 45,55	R\$ 136,66
7	432668	Termômetro espeto para fins alimentícios, Tipo Digital, Faixa Medição Temperatura - 50°C a 300 °C, Precisão 1° C para faixa de -20° C a 80° C, Ponta de prova em aço inox , Material: metal.	Unid.	1	R\$ 26,08	R\$ 26,08
8	43192	Balança de recebimento de mercadoria - capacidade de pesagem 150kgx50g; display: led vermelho de alto brilho, display de peso: 5 dígitos, teclado de fácil digitação, tensão: 110/220 v automático, função: liga/desliga/tara/zero, dimensão aproximada da plataforma: c 400xl 280mm, material da plataforma: aço carbono, material da bandela: aço inox 430, altura da coluna: 580mm, consumo máximo 15w, portaria expedida pelo inmetro. Referência: ramuza dp inmetro - 150kg.	Unid.	1	R\$ 1.019,11	R\$ 1.019,11
9	43192	Balança computadoradora - capacidade (kg) 15; divisão (g) 5; display: duplo (operador e cliente) cristal líquido; 3 indicadores (peso, preço/kg, preço total) com 6 dígitos de 13 milímetros cada indicador; indicação do nível de carga da bateria; sistema de auto diagnóstico com indicação de eventuais anormalidades; prato (l x p) 340 x 270 mm; peso líquido 6,500 kg; peso bruto 7,580 kg; dimensões (a x l x p) 108 x 344 x 366 mm; alimentação tensão; 110 - 220 vca com variação máxima de -15% a 10%; alimentação frequência 50 - 60 hz; consumo carga máxima: 12 va operação na tomada: 0,4 va; temperatura de operação -10°c à 40°c umidade relativa do ar máxima 85% (sem condensação); interface de comunicação; serial rs -232 paralela centronics; teclado: teclado de alta resistência em policarbonato com 16 teclas; acessórios inclusos: bateria p/ 140hs, tempo de recarga 8hs; fonte 110 - 220 vca / 13vcc, 700 ma	Unid.	1	R\$ 475,80	R\$ 475,80
10	93904	Lixeira com pedal, tampa e armação de ferro galvanizado, capacidade 60 litros, redonda, em polietileno de alta densidade, na cor branca, medida aproximada: 85cm (altura) x 60cm (largura) x 67cm (profundidade)	Unid.	3	R\$ 215,66	646,97

- 1.1.1. Só será admitida ofertas relacionadas aos itens 2, 3, 4 e 5 que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), na classe A, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.
- 1.1.2. As propostas deverão incluir todos os custos envolvidos, como valor de frete, impostos e taxas.
- 1.1.3. O licitante poderá participar de um ou mais objetos desta licitação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Equipar a copa estudantil, com aparelhos que permitirão que o discente refrigere e aqueça seus alimentos trazidos de casa, com o intuito de se manter na instituição ao longo do dia;
- 2.2. Possibilitar que os servidores que trabalham no prédio da Administração do câmpus tenham acesso à água potável para consumo neste local;
- 2.3. Possibilitar a execução da fiscalização de contratos que necessitem de aferição de temperatura e massa;
- 2.4. Adequar demais ambientes para o atendimento das necessidades educacionais e administrativas do câmpus São Paulo Pirituba do IFSP;
- 2.5. Garantir Permanência e Êxito dos estudantes, considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os bens a serem adquiridos são classificados como comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, e do Decreto 10.024, de 2019, art 3º, c, II: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço Av. Mutinga, nº 951 – Jd. Santo Elias – São Paulo/SP. CEP: 05110-000, no horário das 9 às 17 horas, em dias úteis de segunda a sexta-feira.
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA

12.1. Deverá ser fornecida a garantia dos produtos contra defeitos de fabricação de no mínimo 12 (doze) meses.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 13.2.2. multa moratória de 0,1 % (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 13.2.3. multa compensatória de 0,1 % (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
 - 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Gestão/Unidade: 158750/26439

Fonte: 8100000000

Programa de trabalho: 12.363.2080.20RL.0035

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.12

PI: L0000P0100N

São Paulo, 17 de dezembro de 2019.

Leandro Pugliessa
Assistente em Administração

Patrícia Cristiane Santana da Silva
Diretora Adjunta da Administração

Francisco Manoel Filho
Diretor Geral